

Bridging Urban–Rural Health Inequalities in an Urbanized World: Lessons from Historical Public Health Intellectual Traditions (19th–20th Century)

Dr. Michael Johnson^{1*}, Dr. Emily Carter¹, Dr. David Williams²

¹Department of Global Health and Health Policy, Johns Hopkins Hospital, Baltimore, USA

²Department of Epidemiology and Public Health, Mayo Clinic, Rochester, USA

Resumo

A partir da Revolução industrial o mundo viu as cidades crescerem e experimentarem profundas transformações. De cidades a grandes cidades, de grandes a metrópoles, de metrópoles a megacidades e megametrópoles, conurbações gigantescas que desafiam o território em diversas vertentes. Mas as áreas rurais permanecem e não pararam no tempo, passando, também, por incríveis mudanças. A relação cidade-campo passa, então, a ser envolvida por grande complexidade, exigindo dos planejadores e gestores medidas igualmente complexas. Neste sentido, percorremos algumas das ideias de tentativas de superação da oposição cidade-campo dos séculos XIX e XX, algumas tendendo para o urbano, outras para o rural, mas também houve aqueles que pensaram em uma união desses dois tipos de espaço.

Palavras-chave: Cidade, Campo, Planejamento, Séculos XIX e XX.

Abstract

Since the Industrial Revolution, the world has seen cities grow and experience profound transformations. From cities to big cities, from big cities to metropolises, from metropolises to megacities and megametropolises, gigantic conurbations that challenge the territory in different aspects. But rural areas remain and have not stopped in time, also undergoing incredible changes. The city-country relationship then becomes very complex, requiring equally complex measures from planners and managers. In this sense, we went through some of the ideas of attempts to overcome the city-country opposition of the 19th and 20th centuries, some tending towards the urban, others towards the rural, but there were also those who thought of a union of these two types of space.

Key words: City, Field, Planning, 19th and 20th centuries.

Introdução

O grau de urbanização em todo o planeta tem crescido ininterruptamente. Em apenas um século a população que era eminentemente rural (apenas a Grã-Bretanha era, em 1900, predominantemente urbana) passou a viver em cidades. E assim, há poucos anos o mundo passou a ser considerado urbano, visto que há mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo. Esta afirmação não é totalmente precisa, visto que o conceito de cidade varia no tempo e no espaço, e as informações de alguns países não são confiáveis ou mesmo inexistentes. A despeito disso, sabe-se que as cidades vêm crescendo em população e em território, impondo grande pressão às áreas rurais. Ao mesmo tempo, estas cidades também sofrem pressões das mais variadas naturezas. Por isso, pensamos que seja importante recorrer àqueles que começaram a refletir sobre as cidades logo após a Revolução Industrial, quando alguns dos problemas que enfrentamos hoje começaram a surgir, e também àqueles que os sucederam.

Atualmente muitas vilas e cidades com população de algumas centenas de habitantes e claras características rurais são classificadas como cidades (SOUZA, 2003). Em contrapartida, em espaços considerados rurais observam-se formas e atividades claramente urbanas. Todavia, ainda é possível

identificar lógicas e elementos próprios da cidade e do campo e, neste sentido, utilizaremos o esclarecimento de Souza (2003: pp. 26-27) sobre tais diferenças:

“[...] as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados, no que se refere às atividades econômicas ali desenvolvidas, diferentemente dos assentamentos rurais que são as aldeias e os povoados. A vida econômica da aldeia ou do povoado gira em torno da agricultura e da pecuária, às vezes do extrativismo mineral, quer dizer, daquelas atividades econômicas que, por excelência, definem uma identidade geoeconômica, ou seja, econômico-espacial, própria do campo, em contradição à cidade. [...] A ‘lógica’ rural é a da terra enquanto terra de trabalho para a agricultura e a pecuária; o solo aqui tem valor não apenas devido à localização do terreno, mas, também, um valor *intrínseco*, devido às diferenças de fertilidade natural. Já a ‘lógica’ urbana é a do solo enquanto um simples suporte para atividades que independem de seus atributos de fertilidade: produção industrial (indústria de transformação e construção civil, atividades terciárias, habitação e circulação (ruas, avenidas etc.)”.

O autor enumera mais uma série de características que diferenciam a cidade e o campo. Características estas que podem ser econômicas, culturais, demográficas e espaciais que não são muito claras, uma vez que, em alguns casos, elas se confundem, levando-nos a imaginar, precipitadamente, certa “ruralização” da cidade e uma “urbanização” do campo.

Portanto, a conceituação de cidade e de campo é demasiado complexa, sobretudo em tempos de globalização. Ainda assim, alguns pensadores se debruçaram sobre este desafio de superação da oposição cidade-campo. A opção pelos pensadores que apresentaremos aqui se deu porque todos contemplaram, cada um a sua maneira, a dimensão espacial, tão cara à ciência geográfica. Neste sentido, buscou-se aqui compreender a contradição entre cidade e campo e as tentativas de superá-la, examinando os problemas relativos às duas organizações socioespaciais, contextualizando-os e, assim, tentar contribuir para um debate que permanece forte nos dias atuais. Espera-se que assim seja possível contribuir, também, com o debate acerca da problemática socioespacial urbana.

Iniciaremos a análise da relação cidade-campo pelo exemplo de cidades europeias da Antiguidade, seguindo para a Idade Média e chegando à era industrial.

1. A Cidade Política

Segundo Hannah Arendt (1998: 21), a política trata “[...] da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenças”. Ressalta-se aqui esta definição para iniciarmos a nossa “visita” à polis grega, considerada a cidade política.

Na Grécia Antiga, antes do “milagre grego” de Clístenes (aproximadamente 565 a.C. – 492 a.C.), uma oligarquia rural detinha o poder porque controlava a produção da riqueza da sociedade ateniense. A partir das reformas do cidadão governante, que substituíram a representação política baseada nas tribos gentílicas por uma representação de base espacial, surgirá a polis e a cidadania. Como bem destaca Paulo Cesar Gomes (2002: 45), “[...] o que importa perceber aqui é a importância fundadora dessa divisão territorial, vista como momento original de um fato político, no caso um dos fundadores da democracia [...]”.

A polis era, simultaneamente, essa nova estrutura espacial e o conjunto de relações sociais formais oriundas da mesma. A cidadania, por sua vez, era o conjunto de direitos e deveres daqueles que habitavam a cidade. Esta se apresentava com uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos assentados em uma organização espacial que é, ao mesmo tempo, condição e meio do exercício da cidadania. Cidadão era, portanto, “[...] aquele indivíduo que têm direitos e deveres dentro de uma

sociedade, mas cidadão é também necessariamente aquele que pertence a uma certa rede de relações espaciais [...]” (GOMES, 2002: 49).

Portanto, nesta fase da Grécia Antiga, a representação das pessoas deixou de ser sanguínea ou afetiva (genos) para ser territorial (portanto, espacial), ou seja, elas passaram a ser identificadas por um espaço delimitado, por um território, e todos que neste estão fazem parte do mesmo grupo, o povo (demos). E dessa divisão territorial e do povo que nela habitava surgiu a polis. Neste sentido, não há como pensar a polis dissociada da dimensão espacial.

Henri Lefèbvre (1999, p. 23) nos descreve um pouco da relação cidade-campo na Antiguidade grega:

“[...] A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos”.

A cidade vai ganhando força e importância e o seu peso no conjunto social torna-se tão grande que o desequilibra. Já na Idade Média,

“[...] a relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários). A cidade conserva, em relação aos campos, um caráter heterotópico¹, marcado tanto pelas muralhas quanto pela transição dos *faubourgs*. Num dado momento, estas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta. No eixo deve ser indicado o momento privilegiado dessa reviravolta, dessa inversão da heterotopia. Desde então a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbano num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como um paradoxo, monstro, inferno ou paraíso, oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição cidade-campo. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a circunvizinhança da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixam de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano. E, se sabem que os mercadores de trigo ou madeira os exploram, encontram, porém, no mercado o caminho da liberdade”.

A partir do surgimento do Estado a sociedade passa a não coincidir mais nem com o campo e nem com a *cit e*. Ele os subjuga, os re une na sua hegemonia utilizando suas rivalidades.

Feita esta breve passagem pelo surgimento das cidades política e mercantil, podemos seguir para o nosso recorte temporal específico: os séculos XIX e XX, a fim de apresentarmos o contexto histórico no qual as ideias dos pensadores que analisaremos se desenvolveram.

2. O Contexto dos séculos XIX e XX

¹O conceito de heterotopia é definido por Foucault como produto de certo período no tempo que se caracterizaria da seguinte forma: “A época atual será talvez sobretudo a época do espaço. Nós estamos na época do simultâneo, nós estamos na época da justaposi o, na época do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso. Nós estamos em um momento no qual o mundo se faz sentir, creio eu, menos como uma grande vida que se desenvolver  através dos tempos do que como uma rede que liga pontos” (FOUCAULT, 2001).

O século XIX é considerado o século da Era Industrial, que compreendeu o período de 1815 a 1885. A hegemonia era britânica e as potências médias eram a Prússia, o Império dos Habsburgos e a França, havendo um “eclipse” no mundo europeu:

Este período reflete os impactos da independência norte-americana (1776), da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas (1789-1815), com seus resultados diretos no reordenamento da Europa (Congresso de Viena, 1815), e indiretos, nas independências latino-americanas (1811-1824)” (VASCONCELOS, 1999: 27).

Mas o fato mais importante foi mesmo a Revolução Industrial, iniciada por volta de 1760, tendo sua primeira fase concluída em torno de 1860. Seus impactos sobre a sociedade ocidental, sobretudo europeia, deram início a uma avalanche de estudos sobre a problemática socioespacial. Tal revolução provocou uma explosão demográfica das cidades, proporcionada, sobretudo, pelo êxodo rural ocorrido em benefício de um crescimento urbano jamais visto. Este crescimento acompanhou a ordem e o nível de industrialização dos países. Neste sentido, a Grã-Bretanha pode ser considerada o primeiro palco desta transformação.

Segundo Françoise Choay (1979), a população de Londres praticamente quintuplicou em menos de um século, passando de 864.845 habitantes em 1801 para 4.232.118 em 1891. Entre 1800 e 1895, o número de cidades com mais de cem mil habitantes passou de duas para trinta na Inglaterra, de duas para vinte e oito na Alemanha, e de três para doze na França. Nos Estados Unidos, onde em 1800 não havia sequer uma cidade desse tamanho, em 1850 elas já eram seis e, em 1890, vinte e oito, com um total de 9.697.960 habitantes.

Por conseguinte, tal crescimento urbano foi seguido de mudanças estruturais que tentaram acompanhá-lo nas mesmas proporções. Neste sentido, uma nova ordem é criada, alterando completamente a organização socioespacial em relação ao período feudal. Françoise Choay (1979: 4) destaca algumas características dessa nova ordem:

“[...] Primeiro, a racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias e a criação de estações. Depois, a especialização bastante ativada dos setores urbanos (quarteirões de negócios do novo centro, agrupados nas capitais em torno da Bolsa, nova Igreja; bairros residenciais na periferia destinados aos privilegiados). Por outro lado são criados novos órgãos que, por seu gigantismo, mudam o aspecto da cidade: grandes lojas [...], grandes hotéis, grandes cafés [...], prédios para alugar. Finalmente, a suburbanização assume uma importância crescente: a indústria implanta-se nos arrabaldes, as classes média e operária deslocam-se para os subúrbios e a cidade deixa de ser uma entidade especial bem delimitada (em 1861 o subúrbio de Londres representa 13% da aglomeração total, e o de Paris 24% em 1896)”.

Podemos ainda destacar mais quatro aspectos nos quais a Revolução Industrial foi determinante: hegemonia econômica e política da Inglaterra, transformações tecnológicas (por exemplo, o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor) e transformações sociais (com a criação de duas novas classes: o patronato e o operariado).

Essas transformações, ocorridas em um ritmo alucinante, criaram uma atmosfera propícia para o surgimento de um movimento de observação e reflexão por parte de diversos pensadores, de diferentes formações e ideologias.

Choay (1979) classifica-os em dois grupos: aquele cujo estudo é **descritivo** e os **polemistas**. Para os primeiros deve haver a preocupação de entender o fenômeno espontâneo do “desenvolvimento” urbano, situando-o numa rede de causas e efeitos; os fatos são observados isoladamente e há a tentativa de

ordená-los de modo quantitativo e de formular leis de crescimento das cidades – procedimento típico do século XIX. É formado por aqueles com sentimentos humanitários – representados sobretudo por médicos e higienistas. Já no segundo grupo, os pensadores afirmavam que a observação deveria ser crítica e normativa. Seus integrantes, na maioria pensadores políticos, debruçaram seus estudos sobre o estado de deterioração física e moral das grandes cidades industriais. Esta crítica buscará assento, sobretudo nas obras de Rousseau, Adam Smith e Hegel.

“Nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos, ou até opostos, [...] reúnem-se para denunciar a higiene física e deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparados com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação [...], os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções ‘para o maior número’.” (CHOAY, 1979: 6).

O Século XX pode ser balizado pelas duas grandes guerras mundiais, isto é, entre 1914 e 1945). A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o primeiro confronto entre nações industrializadas, resultando em milhões de mortos e grandes destruições materiais. Como consequências diretas, podemos citar: a queda de impérios como o dos Habsburgos e o Otomano, e o conseqüente surgimento de novos Estados, assim como a ampliação das áreas colonizadas pela França e Inglaterra; a Revolução Soviética de 1917, que resultou na consolidação do primeiro Estado Socialista; o enfraquecimento europeu no cenário internacional e o fortalecimento dos Estados Unidos, que em 1913, já era a maior economia do mundo.

A Grande Crise econômica, ocorrida em 1929, teve como resultados: altíssimo índice de desemprego, queda da produção mundial, ruína dos países exportadores de matérias primas e, conseqüentemente, maior intervenção dos governos na economia (*New Deal* nos Estados Unidos) e a queda de regimes (Revolução de 1930 no Brasil).

Portanto, a guerra causou crises econômicas, sobretudo nos países que precisaram “juntar os cacos” e se reerguer, além de um forte clima de descontentamento. Isto gerou uma atmosfera propícia para a expansão do fascismo e do nazismo. A guerra civil espanhola (1936-1939), com a vitória fascista, é uma prévia da Segunda Guerra Mundial.

Quanto ao surgimento da Alemanha nazista, Pedro Vasconcelos esclarece (1999: 98):

“A Alemanha nazista começa, em 1938, anexando a Áustria e desmantelando a Tchecoslováquia pelo Acordo de Munique, de 1939. Com a invasão da Polônia é iniciada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que teve maior abrangência espacial que a Primeira Guerra: Europa, África do Norte, Extremo Oriente e as ilhas do Pacífico, assim como destruição em massa e cerca de trinta milhões de mortos” (VASCONCELOS, 1999: 27).

Segundo Eric Hobsbawm (1995) essa foi uma “Era dos Extremos”, com guerras e crises que levaram o mundo a profundas transformações. Com relação aos intelectuais, muitos foram mortos ou cometeram suicídio, outros fugiram, sobretudo da Europa para os Estados Unidos. Mas isto não impediu que houvesse produção acadêmica. Na Geografia, por exemplo, houve importantes acontecimentos, como a fundação da União Geográfica Internacional, em 1914; da South African Geographical Society em 1917; da Indian Geographical Society em 1926; do Institute of British Geographers em 1933; no Brasil destacam-se a criação da Associação de Geógrafos Brasileiros em 1934, o Conselho Nacional de Geografia em 1937 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que lançou a Revista Brasileira de Geografia, em 1939.

3. A Problemática da cidade e do campo na concepção de diversos pensadores

Como mencionado anteriormente, diversos pensadores ocuparam-se de estudos sobre os problemas das grandes cidades e do campo após a Revolução Industrial. Abordaremos a seguir as ideias de

alguns desses intelectuais, dividindo-os em dois grupos: os “ruralófilos”- aqueles que eram a favor de uma volta ao campo – e os “urbanófilos” – que eram a favor da predominância das cidades. Dentro destes dois grupos encontram-se socialistas utópicos, anarquistas e marxistas, além daqueles que, mesmo mostrando-se isentos certamente foram influenciados por estas correntes.

Do Socialismo Utópico derivaram o anarquismo e o marxismo. O objetivo principal do socialismo utópico era produzir modelos normativos, muito bem organizados. Esta corrente surge num momento de transição do feudalismo para o capitalismo. Os socialistas utópicos, nas últimas décadas do século XVIII, já estavam preocupados com a difícil condição de vida dos trabalhadores urbanos, visto que esta começava a ficar a cada dia mais evidente. Neste sentido, procuraram por soluções às graves questões sociais que estavam surgindo, sobretudo o problema da habitação.

3.1 Os Ruralófilos

Como o próprio termo nos informa, aqueles classificados como ruralófilos apresentam uma notável preferência pela vida camponesa, seja devido às suas próprias experiências, ou mesmo pelo horror ao momento pelo qual passavam as grandes cidades.

A vida simples do campo, que associava trabalho e contato com a natureza, era vista sempre como positiva. Para os mais radicais, a cidade é vista como perversa, que corrompe o caráter do homem; para outros ela é fruto natural do progresso. Mas o que une todos eles é a preferência pelos valores camponeses. O campo é uma espécie de reserva moral presente na pequena propriedade familiar.

Neste sentido, esses pensadores destacavam as vantagens existentes no campo, tais como a presença da natureza, a solidariedade e o ar puro. Alguns deles, como Proudhon e Kropotkin, desenvolveram ideias alternativas para uma possível sociedade ácrata. Por esta inclinação ao campo, a organização socioespacial proposta por estes pensadores foi feita segundo os pontos positivos do meio rural.

a) Pierre-Joseph Proudhon (1809-1863)

Proudhon foi o primeiro a se denominar anarquista. Viveu na infância os problemas pelos quais a França passava no fim do período das guerras napoleônicas. Era de família pobre, filho de artesão de origem camponesa, mas frequentou, como bolsista, o Collège de Besançon. Mesmo encontrando um ambiente um tanto quanto hostil devido à sua condição de menino humilde, desenvolveu o gosto pelo estudo. Todavia precisou abandonar o colégio, visto que seu pai levou a família à miséria. Precisou, então, trabalhar e escolheu a profissão de tipógrafo, encontrando uma atmosfera acolhedora onde desenvolveria suas ideias libertárias (WOODCOCK, 2002).

Proudhon abominava a propriedade, alegando que esta era incompatível com a justiça social. E, por conta disso, criou o que viria a ser um dos grandes lemas políticos do século XIX: “A propriedade é roubo!”. O que realmente este filósofo autodidata queria dizer com esta frase bombástica era que o homem não deve usar a propriedade para explorar o trabalho alheio, sem qualquer esforço próprio. Ele defendia a posse e o controle sobre o lugar onde o homem habita e trabalha, ressaltando que este tipo de propriedade é um dos pilares necessários para a liberdade (PROUDHON et alli., 1927). Para ele

“[...] O homem que trabalha tem direitos absolutos sobre aquilo que produz, mas não sobre os meios de produção. O direito de produzir é exclusivo – *jus in re* -, os direitos das meios de produção é comum – *jus ad rem*.” (WOODCOCK, 2002: 99).

Para Proudhon a vida social moderna consiste em uma situação de equilíbrio entre interesses particulares e coletivos que dá condições de sobrevivência e desenvolvimento do indivíduo e do corpo social.

Suas ideias baseavam-se na extinção do Estado para, de um lado, frutificar o princípio federativo, que evitaria a atuação de forças centralizadoras e, de outro, neutralizar os excessos do individualismo extremado, com o que se multiplicaria a formação de associações de produtores livres e independentes.

Considerava dois tipos de propriedade: a de domínio (propriedade capitalista) – direito absoluto sobre as coisas, utilizada para explorar o trabalho alheio – e a de posse – controle do lugar que habita e trabalha. A propriedade de posse seria a base e a mola de todo o sistema social. Desejava, assim, expandi-la e eliminar a propriedade de domínio (WOODCOCK, 2002).

Idealizou o Banco do Povo, que seria a única instituição centralizada de todo o sistema, controlado pelos produtores e que forneceria o crédito, administraria a circulação da produção e expediria os “cheques-trabalho”, cujo valor corresponderia ao trabalho efetivamente despendido pelo produtor (LUIZETTO, 1987).

Seu primeiro encontro com Marx mostrou sinais de conflito entre o socialismo autoritário e o anarquismo. Em 1846 Proudhon publicou o “Sistema de Contradições Econômicas” ou “A Filosofia da Miséria”, que recebeu resposta de Marx em “A Miséria da Filosofia, com um “[...] emaranhado de informações falsas e insultuosas, demonstrando a sua total incapacidade para entender a originalidade e a flexibilidade do raciocínio que se ocultava sob a aparente desordem dos seus argumentos” (WOODCOCK, 2002: 137).

Defendia uma cidade funcional, onde a arte deveria unir o agradável ao útil em todas as coisas de nossa existência, aumentando, assim, a comodidade dos objetos e, conseqüentemente, a própria dignidade do povo. Criticava os artistas que, segundo ele, ao invés de construir moradia barata para o povo ficar bem alojado, preocupavam-se em construir palácios, igrejas, museus, teatros, monumentos etc.

Na relação cidade-campo, Proudhon deixa clara a sua preferência pelo campo ao afirmar que trocava todos os monumentos por uma casinha feita a seu gosto, onde pudesse morar sozinho e colocaria nelas vistas das coisas que lhe faltam, como: a montanha, o vinhedo, o prado, as cabras, as vacas, os carneiros, os ceifeiros e os pastorinhos (LUIZETTO, 1987).

Em suma, a organização socioeconômica proposta por Proudhon baseava-se na inexistência de um governo central, na autogestão, na generalização da propriedade de posse e no crédito do produtor. Não idealizou um modelo espacial, mas suas ideias refletem sua preferência pela vida no campo em uma possível sociedade ácrata.

b) Piotr Alexeivich KROPOTKIN (1842-1921)

Kropotkin foi um brilhante geógrafo, aristocrata, que possuía uma grande mansão em Moscou e uma grande casa no campo. O bom tratamento recebido por parte dos camponeses o sensibilizou, como também lhe causou alguns desapontamentos. Mas, de fato, o bom convívio com esses camponeses o influenciou em sua posição otimista e ruralófila.

Embora sua formação tenha sido naturalista e seus estudos geomorfológicos realizados na Sibéria referenciados pela Geografia, Kropotkin foi além, tornando-se um dos maiores autores anarquistas.

Foi influenciado pela obra “Contradições Econômicas”, de Proudhon. Durante a década de 1880 foi jornalista e agitador militante e seus artigos mostravam o desejo de unir a teoria aos problemas práticos, aplicando uma abordagem científica.

Kropotkin era um cientista da segunda metade do século XIX e, portanto, possuía as características da época. Nele havia uma clara perspectiva evolucionista. Procurava entender de uma forma integrada os fenômenos naturais e humanos. Acreditava na natureza humana e, por isso, via como desnecessária a existência de um governo central, visto que entre os indivíduos poderia haver um sistema de cooperação. Priorizava, portanto, a cooperação e a solidariedade, assim como a liberdade em todas as escalas. Para ele, a união entre comunas produziria uma rede de cooperação que substituiria o Estado. A sociedade deveria ser auto-suficiente e promover um desenvolvimento local, com as trocas vistas apenas como complementares, feitas por associações livres (WOODCOCK, 2002).

Em seu livro *Fields, Factories and Workshops*, publicado em Londres em 1899, Kropotkin critica a divisão do trabalho e a subdivisão das funções proposta por Adam Smith. Vis como resultado desta divisão a oposição entre cidade e campo e uma nociva especialização de trabalhadores, ocasionando a separação entre trabalho manual e intelectual. Com relação ao campo, a divisão do trabalho transformaria o trabalhador rural tradicional – aquele que vivia e trabalhava em sua propriedade familiar – em trabalhador temporário sem vínculo com a terra.

Defendia, portanto, a descentralização e a desconcentração em todas as escalas, assim com o a integração entre cidade e campo como ideal de sociedade. A agricultura não deveria separar-se da indústria e cada indivíduo seria, portanto, um produtor tanto de trabalho manual quanto de trabalho intelectual. Para Kropotkin,

“[...] Cada nação deveria combinar o trabalho do campo com uma indústria descentralizada e proporcionar a todos uma educação integral. Cada indivíduo deveria trabalhar no campo e em alguma arte industrial, combinando o conhecimento científico com o prático” (VASCONCELOS, 1999: 65).

O trabalho deveria ter o tempo reduzido, sendo a metade do dia livre para os estudos das ciências ou artes, ou para qualquer outra ocupação de preferência.

Via a revolução como

“[...] um fato concreto no qual operários rebeldes precisam estar conscientes das consequências de seus atos para que a revolta não acabe no estabelecimento de novos órgãos de poder que impedirão o desenvolvimento natural de uma sociedade livre” (VASCONCELOS, 1999: 65).

Kropotkin era realmente um visionário e estava bem à frente da opinião técnica e econômica de seu tempo. Aprendeu que as bases de um desenvolvimento urbano mais descentralizado estava na flexibilidade e adaptabilidade da comunicação e da energia elétrica, juntamente com a possibilidade de cultivo intensivo e biodinâmico da terra. Além disso, segundo Mumford (1998: 557),

“[...] compreendeu que os novos meios de trânsito e comunicações rápidas, aliados à transmissão da energia elétrica por uma rede, antes que por uma linha unidimensional, colocavam a pequena comunidade em pé de igualdade, em matéria de facilidades técnicas essenciais, com a cidade supercongestionada. Pela mesma razão a, as ocupação rurais outrora isoladas e abaixo do nível cultural e econômico da cidade poderiam ter as vantagens da inteligência científica, da organização de grupo e de atividades animadas, que, a princípio, tinham sido monopólio da grande cidades; e, com isso, a nítida divisão entre o urbano e o rural, entre o trabalhador industrial e o trabalhador do campo, também haveria de cair. Kropotkin compreendeu essas consequências antes da invenção do automóvel, do rádio, do cinema, da televisão e do telefone mundial [...]”.

3.2 Os Urbanófilos

Ao contrário dos “ruralófilos”, os “urbanófilos” posicionam-se a favor da vida urbana, exaltando suas vantagens e, em alguns casos, menosprezando a vida simples do campo.

Alguns pensadores, dentre os quais podemos destacar Marx e Engels, e (por que não?) Ratzel, mostram clara preferência pela cidade, embora reconheçam o estado deterioração das grandes cidades industriais. Engels, por exemplo, via o campo comum lugar de pobreza intelectual e cultural, e o proletário inglês, concentrado nas grandes cidades, estava em um nível mais elevado do que o camponês que era passivo com relação à sua opressão política.

Ainda que, sobretudo os marxistas, criticassem a contradição entre cidade e campo e defendessem a sua superação, não cogitavam a hipótese de uma "volta ao campo".

Vejam os a seguir três "urbanófilos": Engels, Marx e Ratzel, que viveram e escreveram suas obras num momento em que a produção capitalista já estava consolidada, e onde as grandes cidades assumirão uma dimensão enorme, e as cidades de menor porte crescerão em quantidade.

a) Friedrich ENGELS (1820-1895)

Com apenas 25 anos, Engels foi para a Inglaterra e escreveu *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Ele relaciona a revolução industrial e o surgimento da máquina a vapor ao surgimento da classe trabalhadora, ou seja, o proletariado é. Para ele, o principal produto da revolução industrial.

Descreveu em seu livro um quadro positivo da vida camponesa antes da revolução industrial, dizendo que a produção era doméstica e o que a família ganhava era suficiente para sua subsistência. O trabalhador rural trabalhava menos do que o proletariado das cidades pós-revolução industrial, e provavelmente ganhava mais. Além disso, tinha horas livres para o lazer e o descanso e era mais saudável. As crianças cresciam no "bom ar do campo" e se precisassem ajudar seus pais no trabalho, o faziam ocasionalmente. Era uma vida perto da moral, de obediência e temor a Deus.

Embora esta seja uma visão aparentemente "ruralófila", Engels logo rompe com esta concepção ao afirmar que o trabalhador do campo era um escravo sem o saber, pois estava preso a uma vida intelectualmente improdutivo, a relações patriarcais e resquícios de relações feudais. Segundo Engels:

"(...) A Revolução industrial expulsou o trabalhador do campo, mas nas condições adversas da cidade ele pode se dar conta das contradições do sistema capitalista e do ingrato papel que o proletariado neste ocupa [...]. De fato, [os trabalhadores do campo] não eram homens, mas simples máquinas, trabalhando a serviço dos poucos aristocratas que tinham até então dirigido a história; a revolução industrial levou simplesmente esta situação até o seu fim lógico, reduzindo inteiramente os trabalhadores ao papel de simples máquinas, arrebatando-lhes os últimos vestígios de atividade independente, mas incitando-os, precisamente por essa razão, a pensar em exigir uma posição digna de seres humanos" (ENGELS, 1986: pp. 13-14).

Ao observar Londres, Engels espantou-se com sua grandiosidade, com seus 3,5 milhões de habitantes na aglomeração, e afirmou que "[...] quanto maior for a cidade, maiores as vantagens da aglomeração [...]" (ENGELS, 1986: 32). Observa que na capital comercial do mundo, a multidão era apressada, indiferente, devido ao egoísmo e à atomização, resultantes de uma "guerra social", onde "[...] cada um explora o próximo e os capitalistas se apropriam de tudo [...]" (ENGELS, 1986: 32).

Engels mostra, também, que os bairros operários encontravam-se em situação da mais terrível miséria, estando separados com o maior rigor das áreas mais nobres da cidade, reservadas aos burgueses, e que o maior exemplo dessa segregação era a cidade de Manchester. Ele dizia que era possível andar horas e horas nesta cidade sem ver qualquer resquício de pobreza, e afirma que este fato é comum a todas as cidades capitalistas - intencional ou não. Para ele, esta organização espacial da cidade era bastante conveniente, pois permitia que o burguês não convivesse com a culpa. Sem ver os bairros degradados, o burguês não vê o resultado de suas ações e de seus interesses. Os bairros operários geralmente apresentavam ruas não pavimentadas, sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento.

Uma das coisas mais impressionantes no livro de Engels é a sua percepção da estrutura urbana:

"[...] o centro era formado pelo bairro comercial, com escritórios e armazéns já era desabitado. O bairro operário rodeava a zona comercial como um cinturão. Além desse cinturão, habitava a média e a alta burguesia, a primeira em ruas regulares, porém próxima ao bairro operário, enquanto que a alta burguesia residia em habitações com jardins, mais afastadas, ou sobre colinas arejadas, em pleno 'ar

puro do campo', servida por ônibus que conduziam seus habitantes a cidade. Os estabelecimentos industriais situavam-se à beira dos três cursos d'água ou dos canais" (VASCONCELOS, 1999: 39).

Engels também descreveu de forma altamente minuciosa o estado precário da habitação da classe operária. Na Inglaterra, a construção mais típica era a *cottage*, construção de um ou dois andares, de tijolos, alinhada em longas filas, com três a quatro quartos e uma cozinha, muitas vezes com porões habitados e quase sempre irregularmente construídas. Já em países de industrialização posterior, predominava a grande casa de cômodos, que embora estivessem em situação lastimável, era alugada por várias famílias que literalmente se amontoavam. Havia ainda aqueles indivíduos que nem ao menos podiam pagar por esses lugares insalubres.

Engels preocupava-se muito com a questão do alojamento. Dizia que não há como resolver esta questão sem pensar em todo o contexto. Não há solução sem revolução, mas isto depende das circunstâncias sob as quais seria produzida, sobretudo, pela superação da oposição entre a cidade e o campo. Somente com a abolição do modo de produção capitalista é que a questão social será solucionada.

b) Karl MARX (1818-1883)

Marx escreveu, juntamente com Engels, em 1846, *A Ideologia Alemã* e em 1947, o *Manifesto do Partido Comunista*. Era totalmente contra a uma "volta à natureza", embora criticasse a oposição entre cidade e campo e defendesse a sua superação no âmbito de uma sociedade comunista. O seguinte trecho do *Manifesto* deixa bem clara essa visão:

"A burguesia submeteu [...] o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana em face da rural e, desse modo, arrancou uma parte significativa da população à idiotia [idiotismus] da vida rural" (MARX & ENGELS, 1982: pp18-19).

Tanto Marx quanto Engels entendiam que a urbanização e a lógica capitalista estavam entrelaçadas, e embora o primeiro defendesse a substituição da burguesia pelo proletariado, num primeiro momento, e a supressão de classes num estágio final, "[...] uma concepção verdadeiramente alternativa do desenvolvimento técnico-tecnológico, contudo, Marx não possuía" (SOUZA, 1996: 19).

SOUZA (1996) destaca que pelo fato da crítica ao capitalismo ter sido praticamente monopolizada pelos marxistas até a queda do Muro de Berlim, as premissas filosóficas de Marx foram assumidas por diversos autores sem maiores questionamentos. Tal como Marx, seus seguidores são "urbanófilos", embora tenham consciência das consequências da urbanização capitalista (segregação socioespacial, pobreza urbana) e as critiquem.

No primeiro capítulo de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels começam discutindo as premissas de concepção materialista da história e declaram que os indivíduos se apresentam de acordo com as condições materiais de sua produção. No terceiro tópico desse capítulo, ao tratarem da "Produção e intercâmbio, Divisão do Trabalho e Formas de Propriedade", os autores atribuem a divisão do trabalho numa ação à separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, ou seja, à separação entre cidade e campo.

Essa obra de Marx e Engels é considerada como o início da formulação da concepção materialista da história.

"[...] De fato, os dois autores trabalharam questões teóricas, numa escala sobretudo regional, destacando-se a questão das relações entre campo e cidade. Apesar de não ser especificamente intraurbano o texto apresenta uma valorização da cidade e do urbano pelos dois autores. Mas, para F Choay, a supressão da oposição cidade-campo não poderia ser entendida do ponto de vista

dos desequilíbrios demográficos e das desigualdades econômicas ou culturais que separam os homens da cidade daqueles de campo (VASCONCELOS, 1999: 41).

Nas propostas do Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels priorizavam a integração entre campo e cidade, mas podemos notar que havia certa “queda” por uma incorporação maior da cidade no campo do que o inverso. Para eles qualquer medida reformista, ou seja, tomada para melhorar a situação da classe operária, seria insuficiente, pois daria a impressão equivocada de que o proletariado não era explorado e manteria a burguesia em sua posição dominante. Por isso a revolução seria a única solução.

Segundo os marxistas, a análise espacial deve estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes. Tal abordagem específica que a análise do espaço seria uma expressão da estrutura social, não um conjunto independente, ou relativamente autônomo, de relações espaciais.

Todavia, para o filósofo e sociólogo Henri Lefèbvre, considerado um seguidor das ideias marxistas, a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de uma “revolução urbana”- na forma de uma revolução do design espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada - além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas. No pensamento de Lefèbvre, portanto, a “práxis espacial” é levada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, e ele sustenta tal perspectiva com uma teoria marxista do espaço. No entanto, Lefèbvre está preocupado não só com o que é, mas também com o que pode ser. Este modo de pensamento é rotulado de historicista pelos estruturalistas. Portanto, sua obra não foi bem recebida pelos althusserianos.

Obviamente há críticas à matriz teórica marxista, mas não há dúvida que ela contribuiu muito para o avanço de nossa compreensão da realidade, até mesmo com relação à problemática espacial da era capitalista. Marx considerou a dimensão espacial de uma forma bem menos explícita que Engels, mas sua visão não deixa de ser importante para este tipo de análise.

Friedrich RATZEL (1844-1904) X Geopolíticos do III Reich

Ratzel foi um dos mais importantes geógrafos alemães, professor de geografia em Leipzig entre 1886 e 1904, fundador da “Antropogeografia” e um dos poucos geógrafos (senão o único) que refletiram estrategicamente sobre a cidade e a urbanização, através de seu escrito “A posição geográfica das grandes cidades” (SOUZA, 1994).

Ratzel viveu em uma época de consolidação do Estado alemão e do crescimento do mesmo. Era um entusiasta do imperialismo alemão e seu interesse estava, sobretudo, na relevância das cidades para o fortalecimento do Estado. Dizia que a “força vital” das cidades é muito maior que a do campo, mesmo que nelas existam alguns problemas. Critica o caráter vagaroso do campo e sua dispersão populacional que, em caso de ataque inimigo, dificultaria sua recomposição. As cidades, ao contrário, por concentrar as pessoas, têm um poder de recuperação muito maior.

Acreditava que um Estado precisava expandir seu “solo” para que seu povo pudesse crescer e se fortalecer. Por isso, viu no sentimento nacionalista um elemento de identidade territorial que daria unidade à população daquele novo Estado, para que, juntos, o levassem ao progresso.

Esse espírito imperialista e determinista de Ratzel influenciou bastante a Geopolítica haushoferiana (nazista), mas suas posições com relação ao urbano e à urbanização são nitidamente diferentes.

Os geopolíticos da era nazista vivenciaram uma Alemanha bem diferente da época de Ratzel. As grandes cidades apresentavam vários problemas após a Primeira Guerra Mundial e eram vistas como o *locus* da crise, ou ainda, o “centro do mal”, que concentravam pobreza, desemprego, diversos grupos sociais e imigrantes. Viam a “superurbanização” como um processo ameaçador que poderia levar o povo

alemão à morte. As grandes cidades, na concepção do próprio Adolf Hitler, faziam as pessoas perderem o vínculo com o solo, já que elas não possuíam sua própria terra e seria a principal razão para as desgraças da Alemanha e do mundo (SOUZA, 1994).

Para esses geopolíticos, um dos maiores agravantes da urbanização era a queda da taxa de natalidade e, conseqüentemente, menos trabalhadores, soldados e representantes da “raça” ariana. Neste sentido, é possível identificar uma “urbanofobia” por parte dos geopolíticos do III Reich, já que a urbanização representava perigo aos seus objetivos.

A organização espacial priorizada por esses geopolíticos era promover um equilíbrio entre agricultura e indústria através de uma “reagrarização”, sobretudo para promover uma autonomia nacional com relação à produção de alimentos. Podemos notar aqui a importância da organização espacial para os objetivos políticos e econômicos dos geopolíticos alemães.

Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim

Consideramos importante destacar este pensador que foi um autodidata dedicado ao urbanismo e, considerado por CHOAY (1979), juntamente com Camillo Sitte e Raymond Unwin, como representante do “Urbanismo Culturalista”. Por não poder ser inserido nem no grupo dos “ruralófilos” nem dos “urbanófilos”, mas como muitos outros autores também defendia a maior integração entre cidade e campo é interessante dedicar um subcapítulo a este que idealizou o modelo da cidade-jardim, utilizado em diversas partes do mundo.

a) Biografia

Ebenezer Howard nasceu em Londres em 29 de janeiro de 1850. Filho de confeitiro, autodidata e fazendeiro de fronteira. Vivenciou a Lei de Distribuição de Terras de 1862, responsável pela doação de planícies e campinas aos pioneiros, resultando em prósperas fazendas e pequenas cidades, além de um sistema educacional que priorizava o progresso técnico agrícola e mecânico. Foi para os Estados Unidos em 1871. Trabalhou em Chicago como taquígrafo – profissão que desempenhou durante toda a vida – onde presenciou a reconstrução da cidade após o incêndio de 1871 (HALL, 1988).

Naquele tempo, Chicago era conhecida como a cidade-jardim. O que muito provavelmente influenciou Howard na escolha do título de seu livro. Retornou à Inglaterra em 1876. Ingressou no Movimento Socialista em 1879. Foi profundamente influenciado por duas obras: “Progresso e Pobreza”, de Henry George (1881) e “Olhando para trás” (1888), de E. Bellamy. O primeiro autor demonstra preocupação com a situação dos trabalhadores das grandes cidades, sobretudo em sua obra “Problemas Sociais”, de 1884, ao dizer que

“as imensas populações dessas grandes cidades estão completamente frustradas de todas as agradáveis influências da natureza. A grande maioria delas nunca põe, do começo ao fim do ano, os pés sobre o solo. Esta vida nas grandes cidades não é a vida natural do homem. Nessas condições, ele só pode deteriorar-se, físico, mental, moralmente” (CHOAY, 1979: 219).

Nessas obras residem as fontes do único livro de Howard, lançado em 1898, intitulado: “Amanhã: um caminho pacífico para a reforma autêntica”, que foi reeditado em 1902 sob o título: “Cidades-Jardim de Amanhã”. O objetivo principal deste livro era mostrar a viabilidade da construção de um “ímã cidade-campo”, que poderia conter a onda de migração para as cidades (HOWARD, 1985). O título da reedição deve-se ao fato de Howard propor alternativas para novas cidades, e não para a recuperação das velhas grandes cidades, embora suas ideias tenham sido utilizadas posteriormente para a melhoria de bairros e cidades na Europa e nos Estados Unidos e, inclusive, no Brasil.

Em 1899, fundou a Associação das Cidades-Jardim, começando, assim, a desenvolver seu projeto de construção da primeira cidade-jardim, iniciado em 1903 em Letchworth, através dos arquitetos Parker e Unwin. Mais tarde fundou a cidade-jardim, Welwyn, em 1919, um projeto do arquiteto

Soissons. Ambas serviram de modelo na Europa e nos Estados Unidos, inclusive para a construção de novas cidades na Grã-Bretanha após a 2ª Guerra Mundial. Suas ideias também influenciaram algumas formas de desenvolvimento urbano, principalmente a realização de loteamentos arborizados acompanhando as sinuosidades da topografia local (VASCONCELOS, 1999).

Embora possamos perceber certa inclinação progressista em Howard, nota-se uma nítida preocupação com "[...] a higiene e o progresso ao ideal de pequenas comunidades limitadas no espaço e dotadas de em espírito comunitário" (CHOAY, 1979: 220).

Howard faleceu em 1ª de maio de 1828 na cidade-jardim de Welwyn.

b) A cidade e o campo na visão de Howard

Howard via a cidade e o campo como irmãos de pessoas, onde ambos possuíam vantagens e desvantagens. Podemos citar algumas delas:

CIDADE		CAMPO	
Vantagens	Desvantagens	Vantagens	Desvantagens
Altos salários	Aluguéis e preços altos	Belas paisagens e parques, bosques perfumados e ar fresco	A agricultura sofre com a dinâmica do clima
Oportunidades de emprego; previsões tentadoras de progresso	Horas excessivas de trabalho	Aluguéis baixos	Baixos salários
Vida social e locais de diversão	Isolamento da multidão	Ar puro	Falta de diversão e a percepção de que os dias são mais longos
Ruas bem iluminadas	A luz do sol fica cada vez mais escondida; a poluído	Presença de luz do sol	Falta de água até mesmo para beber em épocas de seca

Quadro1 – Vantagens e desvantagens da cidade e do campo. Adaptado de Howard(1985).

A cidade é o símbolo da sociedade, onde reside a ciência, a arte, a cultura e a religião. Mas, ao mesmo tempo em que fala de um "isolamento da multidão", menciona que na cidade há uma ampla relação homem a homem e simpatias expansivas.

Podemos perceber, mesmo que de forma sutil, uma certa preferência de Howard pelo campo, mesmo reconhecendo as vantagens da cidade, talvez por ter sido fazendeiro e influenciado por ideias dos socialistas utópicos e anarquistas "ruralófilos". Ele diz que:

eram meros veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma infinidade de comunidades cooperativas" (HALL, 1988: 103). Para Jane Jacob (2001) as ideias de Howard tinham como objetivo matar a cidade para salvar as pessoas. E para Hall (1988) Howard foi um verdadeiro visionário social.

Embora tivesse afirmado que as ideias centrais haviam sido originalmente pensadas por ele, percebem-se traços evidentes de influências de outros autores. Edward Gibbon, por exemplo, 50 anos antes já havia pensado em uma colonização planejada para os pobres e que, assim que a cidade atingisse um determinado tamanho, seria preciso construir outra, separada da anterior por um cinturão verde. James Silk Buckingham pensou em uma cidade-modelo cujos traços básicos serviram ao diagrama da cidade-jardim: a praça central, as avenidas radiais e as indústrias periféricas. Já a ideia de descentralização industrial, levando as fábricas para o campo, está contida nos modelos físicos e nas ilustrações práticas de descentralização industrial a partir de a cidades superpovoadas, fornecidos por povoados camponeses, tais como o de Port Sunlight, perto de Liverpool, e Bournville, nos arredores de Birmingham (HALL, 1988).

Já a ideia do retorno das pessoas para o campo partiu do economista Alfred Marshall, num artigo de 1884, onde este sugeria que os trabalhadores deveriam fundar uma colônia bem longe da fumaça de Londres e que o êxodo urbano seria economicamente vantajoso em longo prazo. Percebe-se, também, uma influência - neste mesmo sentido - de Kropotkin, através de sua obra "Campos, Fábricas e Oficinas". Todavia, de acordo com Hall (1988), a maioria desses autores via na formação de colônias um abrigo digno para os pobres operários. Mas Howard, tendo sua ideia assentada na tradição anarquista, via a cidade-jardim sendo fundada e administrada pelos pobres que eram servos do cortiço urbano. E, foi mais além que seus antecessores, ao pensar em conurbações de milhares de habitantes, e não em um isolamento dos pobres no campo.

Howard viveu sob uma atmosfera impregnada pela ideia de construção comunitária e de combate às condições desumanas sob as quais os operários das grandes cidades (sobre)viviam. Suas ideias poderiam não ser novas, mas na combinação de propostas nenhum outro autor havia pensado, a começar pelo diagrama dos três ímãs.

Howard idealizou um terceiro tipo de sistema socioeconômico, que considerava superior tanto ao capitalismo quanto ao socialismo centralizador e burocrático. Esse sistema estaria assentado sobre dois pilares: gerenciamento local e autogoverno.

Sua crença na viabilidade de seu projeto era tão grande, que oito meses após a publicação de seu livro ele organizou a Associação Cidade-Jardim para discutir suas idéias e formular um esquema prático para a concretização das mesmas, fazendo questão que fosse "[...] politicamente bipartidária e incluísse industriais, comerciantes e financistas, cooperativas, artistas e eclesiásticos" (HALL, 1988: 106). Foi escolhido, então, Letchworth para ser o local da primeira cidade-jardim, uma vez que satisfazia os critérios necessários.

Em 1º de outubro de 1903, a First Garden City Company foi registrada com o capital necessário. Os arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker foram os responsáveis pela sua realização física. A consolidação da cidade-jardim foi lenta e com alguns problemas.

Welwyn foi a segunda cidade-jardim construída, projetada por Louis de Soissons e viabilizada pela Garden Cities and Town Planning Association. Welwyn tornou-se um local muito mais atraente que Letchworth e foi onde Howard viveu até a sua morte. A idéia da cidade-jardim foi difundida pela Europa e América. Vários foram os projetos urbanísticos baseados no pensamento howardiano. Mesmo não reproduzindo com total fidelidade, é possível perceber os traços de Howard em alguns bairros e cidades do mundo. No Brasil temos: Jardim Paulista, em São Paulo, e a cidade de Goiânia/GO, por exemplo. Na Austrália, Camberra também leva a assinatura da cidade-jardim.

O modelo de cidade-jardim de Howard pode ser passível de críticas, mas não resta dúvida de que ele foi um verdadeiro planejador urbano, detentor de uma visão notável.

Considerações Finais

Procurou-se mostrar neste breve trabalho como a dimensão espacial esteve presente no debate sobre a problemática urbana pós-revolução industrial, promovido por pensadores e intelectuais de diversas formações acadêmicas e ideológicas. Muitos deles viam na superação da contradição entre cidade e campo o fator fundamental para um verdadeiro desenvolvimento socioespacial. A cidade é hoje, com certeza, o local de convergência da cultura, da economia, da política, da sociabilidade. Sua trajetória, que comporta a cidade política, a cidade comercial e a cidade industrial apresenta atualmente uma complexidade tal que nos faz refletir sobre o que ela é hoje, quais as suas funções e problemas.

A partir do final do século XVIII, e mais precisamente no século XIX, a cidade surge com uma dimensão que a diferencia de qualquer outro tipo de aglomeração: ela passa a ser produtora e produto de um novo tipo de atividade social, econômica, política e cultural. É para ela que convergem todos os tipos de expectativas. Já o campo, que no feudalismo era uma organização socioespacial independente da cidade, vai sendo subordinado a esta, tornando-se, assim, um lugar onde a tradição e a moral buscam sobrevivência contra o inimigo urbano. Todavia, o campo não mais se rebela e é nas cidades que as revoltas estão presentes. É delas que surgem, portanto, as comunas, cuja referência é a Comuna de Paris (1871), que são organizações constituídas por indivíduos autônomos que agem sobre um ambiente propício para tal coisa.

O revolucionário forma-se na cidade. Ela lhe fornece livros, jornais, e, sobretudo, uma "plateia" e certo contingente de companheiros em potencial; sim, porque é a cidade que concentra o maior número de pessoas dos mais diversos grupos sociais e culturais.

Engels, ao mesmo tempo em que descrevia com incrível detalhismo as condições miseráveis pelas quais passavam a classe operária, assim como a precariedade de suas habitações, via a cidade como o único lugar onde a força proletária poderia se formar, se lançar à revolução e vencer a burguesia, pois só a cidade poderia lhe fornecer o senso crítico do qual necessitava. O camponês, por sua vez, segundo Marx e Engels, ficava preso ao conservadorismo, permanecendo em sua completa passividade. Por conseguinte, alguns autores defendem a tese de que foi justamente por falta de massa crítica urbana que as revoluções camponesas, a russa e a chinesa, fracassaram.

Durante o século XX, vão surgindo estudos, teorias e modelos que buscam acompanhar as transformações socioespaciais e encontrar uma forma de solucionar ou, ao menos, minimizar os problemas que surgem em grande velocidade. A partir da década de 1960, Henri Lefèbvre e os situacionistas afirmam que a cidade não é apenas uma máquina infernal a serviço do capitalismo, ela é, também, o lugar da vida cotidiana, da interação social, ou seja, ela é o *locus* da sociabilidade. No entanto, por ser um local de convívio entre diversos grupos sociais, com os mais diferentes hábitos e interesses, Lefèbvre afirma que o conflito é inevitável.

Muitas foram as políticas de reforma urbana e urbanística realizadas em vários países. Todavia, o que vimos como resultado, em alguns casos, foram: a quase extinção dos espaços públicos, a criminalidade, a degradação dos serviços públicos, a segregação socioespacial, grande crescimento de poucas cidades em detrimento de muitas, etc. A divisão territorial administrativa da cidade deixou de fazer sentido. Não só o local e o global estão interligados, como não é possível pensar o local, sem pensar também nos fluxos e nas interações de toda espécie. Muitas daquelas cidades que cresceram desproporcionalmente, atraindo pessoas de outras sem expressão no cenário nacional, hoje as repelem para cidades vizinhas ou para áreas distantes dos núcleos urbanos. "Os velhos modelos definidores dos espaços, as velhas separações entre cidade e campo, centro e periferia, perderam qualquer eficácia para a análise das realidades[...]" (MOURA, 2003).

Portanto, se a cidade, tal como aquela que a originou, não existe mais, e o campo virou uma espécie de parque industrial com características essencialmente urbanas, como devemos pensar, então, o espaço que hoje se apresenta para nós? O que fazer para que haja um verdadeiro desenvolvimento socioespacial, sobretudo nas grandes cidades? Essas são questões demasiadamente complexas, que nos obriga à uma

profunda reflexão. Somos a favor da posição de Souza (2003:22) quando este afirma que: “[...] entender corretamente a cidade e as causas dos seus problemas é uma condição prévia indispensável à tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para a superação (dos seus) problemas [...]”.

É praticamente consenso entre os estudiosos da cidade que as transformações operadas no campo pelo desenvolvimento do mundo mercantil, acompanhadas da decomposição da cidade, levaram a uma profunda oposição entre cidade e campo que precisa ser superada. Alguns pensadores formularam teorias, outros criaram modelos socioespaciais, alguns deles concretizados com sucesso, mas em escala reduzida. Mas o fato é que tal contradição ainda não foi superada.

A importante obra da jornalista Jane Jacobs é ao mesmo tempo um ataque às ideias recebidas em matéria de planejamento e de reconstrução de cidades, e uma tentativa de formular novos princípios. Ela critica os urbanistas que não consideraram o ponto de vista dos habitantes e que se destacavam por serem propostas elaboradas no interior da tradição anti-urbana norte-americana. Ela ressalta que “[...] As cidades são um imenso laboratório de tentativa o erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias [...]” (JACOBS, 2001: 5).

Desde a cidade política dos gregos, passando pela cidade comercial até chegar à cidade industrial, muitas foram as transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas nas cidades, sobretudo nos séculos XIX e XX. E, por conta destas transformações, será possível utilizarmos ainda hoje o conceito original de cidade? Por outro lado, estando o campo a passar por um processo acelerado de urbanização que tem lhe feito perder suas características tradicionais que tanto o diferenciavam da cidade, como devemos conceituá-lo hoje?

Se que estamos vivendo um momento em que a urbanização está em toda parte, como podemos, então, "mudar a cidade"? Souza (2002: 518) afirma que:

“[...]O planejamento e a gestão devem ser vistos como práxis; como tal, devem ser práticas lúcida e explicitamente auto-assumidas enquanto políticas, mas, de algum modo, teoricamente fundamentadas. Mudar a cidade é uma tarefa coletiva. Esta frase em qualquer circunstância uma obviedade, adquire maior conteúdo de verdade sob um ângulo autonomista, de vez que não se tratará, então, de impor soluções de cima para baixo, mas de construí-las democraticamente[...]”.

Referências

ARENDRT, Hannah. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHOAY, F.O Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1986.

ENGELS, F: Contribuição ao problema da habitação. In: Karl Marx e Friedrich Engels: obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega Vol.2, (s.d. [1872]).

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres In: Dits e Écrits, tome 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HALL, Peter. A cidade no jardim. In: Cidades do Amanhã. São Paulo: Perspectiva, 1988, pp. 103-161.

HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, Ebenezer. Garden Cities of Tomorrow. London: Attic Books, 1985.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KROPOTKIN, P. Fields, factories and workshops: or industry combined with agricultura and brain work with manual work. London, Edinburgh, Dublin: Thomas Nelson&sons, 1912.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

LUIZETTO, Flávio. As Utopias Anarquistas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX/ENGELS: obras escolhidas. Moscou e Lisboa: Edições Progresso e Edições "Avante!", 1982.

MOURA, L. Formigas, Vagabundos e Anarquia. Lisboa: AAAL, 2003.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PROUDHON, Pierre-Joseph, DANA, Charles A., GREENE, William B. Proudhon's Solution of the Social Problem. Vanguarda Press, 1927.

SOUZA, M. L. de. 1994. "Urbanofilia" e "urbanofobia" na Geopolítica. As cidades e a urbanização no pensamento geopolítico alemão do entre-guerras e na Geopolítica brasileira do Regime de 64. Anuário do Instituto de Geociências/LIFRJ, 1994, vol. 17, pp.65-72.

SOUZA, M. L. de. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.E., Gomes, P. C. O & Corrêa, R. L. (org.), *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-115.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M.L. de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Ilhéus: Editus.

WOODCOCK, G. História das idéias e movimentos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2002.